

Relatório Anual 2019

Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA

Campina Grande/PB

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA
CNPJ/MF nº 03.428.338/0001-37

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		105.921	94.980	CIRCULANTE		22.205	24.351
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	1.203	1.262	DEPÓSITOS	(NOTA 10)	9.165	5.565
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		52.777	41.459	Depósitos à Vista		6.572	3.471
Centralização Financeira - Cooperativas		52.777	41.459	Depósitos a Prazo		2.593	2.094
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	42.629	39.413	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		9	6
Operações de Crédito		43.633	40.586	Recursos em Trânsito de Terceiros		9	6
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(1.004)	(1.173)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 11)	1	2.828
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 06)	9.301	12.835	Empréstimos País - Outras Instituições		1	2.828
Rendas a Receber		647	672	OUTRAS OBRIGAÇÕES		13.030	15.952
Diversos		8.677	12.181	Cobrança e Arrecadação de Tributos		26	26
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(23)	(18)	Sociais e Estatutárias		2.772	2.364
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 07)	11	11	Fiscais e Previdenciárias		616	581
Despesas Antecipadas		11	11	Diversas	(NOTA 12)	9.616	12.981
NÃO CIRCULANTE		174.648	145.276	NÃO CIRCULANTE		181.368	142.216
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		174.648	145.276	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		181.368	142.216
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		160.307	132.354	DEPÓSITOS	(NOTA 10)	167.946	136.469
Operações de Crédito	(NOTA 05)	162.731	134.409	Depósitos a Prazo		167.946	136.469
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(2.424)	(2.055)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA xx)		13.422	5.747
OUTROS VALORES E BENS		3	10	Empréstimos País - Outras Instituições		13.422	5.747
Despesas Antecipadas		3	10	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		76.996	73.689
INVESTIMENTOS	(NOTA 08)	11.896	10.988	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 14)	40.286	40.089
Outros Investimentos		11.896	10.988	De Domiciliados no País		52.108	52.899
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 09)	2.424	1.899	(Capital a Realizar)		(11.822)	(12.810)
Imóveis de Uso		536	430	RESERVAS DE CAPITAL		8.276	8.284
Outras Imobilizações de Uso		4.598	3.727	RESERVAS DE SOBRAS		14.981	10.948
(Depreciação acumulada)		(2.710)	(2.258)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		13.453	14.368
INTANGÍVEL	(NOTA 09)	18	25	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		280.569	240.256
Outros Ativos Intangíveis		295	295				
(Amortização acumulada)		(277)	(270)				
TOTAL DO ATIVO		280.569	240.256				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA
CNPJ/MF nº 03.428.338/0001-37

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.459	-	19.459	37.937	-	37.937	41.603	-	41.603
Operações de Crédito	19.459	-	19.459	37.937	-	37.937	41.603	-	41.603
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.735)	(3)	(3.738)	(8.265)	(4)	(8.269)	(8.231)	-	(8.231)
Operações de Captação no Mercado	(3.701)	(3)	(3.704)	(7.421)	(4)	(7.425)	(6.621)	-	(6.621)
Operações de Empréstimos e Repasses	(279)	-	(279)	(546)	-	(546)	(833)	-	(833)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	245	-	245	(298)	-	(298)	(777)	-	(777)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.724	(3)	15.721	29.672	(4)	29.668	33.372	-	33.372
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.287)	(523)	(5.810)	(10.208)	(696)	(10.904)	(13.546)	(81)	(13.627)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	29	371	400	45	601	646	14	299	313
Rendas de Tarifas Bancárias	98	-	98	172	-	172	171	-	171
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(3.665)	(78)	(3.743)	(7.260)	(114)	(7.374)	(5.871)	(53)	(5.924)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 17)	(3.011)	(380)	(3.391)	(6.151)	(421)	(6.572)	(4.912)	(152)	(5.064)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(2)	(18)	(20)	(11)	(30)	(41)	(6)	(15)	(21)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	-	15	15
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	2.645	104	2.749	5.523	200	5.723	3.534	17	3.551
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(1.381)	(522)	(1.903)	(2.526)	(932)	(3.458)	(6.476)	(192)	(6.668)
RESULTADO OPERACIONAL	10.437	(526)	9.911	19.464	(700)	18.764	19.826	(81)	19.745
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-	3	-	3	-	88	88
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.437	(526)	9.911	19.467	(700)	18.767	19.826	7	19.833
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	-	(6)	(6)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(565)	-	(565)	(566)	-	(566)	(376)	-	(376)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	9.872	(526)	9.346	18.901	(700)	18.201	19.450	(5)	19.445
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	(700)	700	-	(5)	5	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	9.872	(526)	9.346	18.201	-	18.201	19.445	-	19.445
DESTINAÇÕES	-	-	-	(4.748)	-	(4.748)	(5.078)	-	(5.078)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.375)	-	(2.375)	(2.543)	-	(2.543)
Fates - Estatutário	-	-	-	(791)	-	(791)	(845)	-	(845)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(1.582)	-	(1.582)	(1.690)	-	(1.690)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	13.453	-	13.453	14.367	-	14.367

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA
CNPJ/MF nº 03.428.338/0001-37

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	39.313	6.784	9.259	-	10.976	66.332
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	(9.475)	(9.475)
Destinações para reservas	-	1.500	-	-	(1.500)	-
Capital de associados						
Aumento de capital	2.394	-	-	-	-	2.394
Baixas de capital	(1.640)	-	-	-	-	(1.640)
Resultado do período	-	-	-	-	19.445	19.445
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(845)	(845)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	1.690	-	(1.690)	-
Juros sobre o Capital Próprio	22	-	-	-	(2.543)	(2.521)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	40.089	8.284	10.949	-	14.368	73.690
Mutações do Período	776	1.500	1.690	-	3.392	7.358
Saldos no início do período em 01/01/2019	40.089	8.285	10.949	-	14.368	73.691
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	(12.627)	(12.627)
Destinações para reservas	-	-	-	1.750	(1.750)	-
Reversões de reservas	-	(9)	-	-	9	-
Capital de associados						
Aumento de capital	1.446	-	-	-	-	1.446
Baixas de capital	(1.249)	-	-	-	-	(1.249)
Outras destinações	-	-	-	700	-	700
Resultado do período	-	-	-	-	18.201	18.201
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(791)	(791)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	1.582	-	(1.582)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(2.375)	(2.375)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	40.286	8.276	12.531	2.450	13.453	76.996
Mutações do Período	197	(9)	1.582	2.450	(915)	3.305
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	40.261	8.276	10.949	1.750	8.855	70.091
Capital de associados						
Aumento de capital	613	-	-	-	-	613
Baixas de capital	(588)	-	-	-	-	(588)
Outras destinações	-	-	-	700	-	700
Resultado do período	-	-	-	-	9.346	9.346
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(791)	(791)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	1.582	-	(1.582)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(2.375)	(2.375)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	40.286	8.276	12.531	2.450	13.453	76.996
Mutações do Período	25	-	1.582	700	4.598	6.905

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA

CNPJ/MF nº 03.428.338/0001-37

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	8.560	14.295	21.875
Resultado do semestre/exercício	9.346	18.201	19.445
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(786)	(3.906)	2.430
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(276)	201	(1)
Provisão para desvalorização de outros créditos	4	4	3
Depreciação do imobilizado de uso	273	501	388
Amortização do intangível	4	9	91
Baixas do ativo permanente	41	82	
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(31)	(3.918)	2.797
Destinações ao FATES	(791)	(791)	(845)
Dividendos SicrediPar	(10)	6	(3)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(331)	12.386	7.617
Redução em relações interfinanceiras ativas	11	-	-
(Aumento) em operações de crédito	(27.913)	(31.370)	(15.775)
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(95)	-	-
(Aumento) Redução em outros créditos	5.794	7.676	(7.262)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	86	7	(13)
Aumento em depósitos	18.225	35.077	24.493
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(74)	(4.148)	4.148
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	7.892	4.848	740
Absorção de dispêndios pelo FATES	(296)	(628)	(333)
(Redução) Aumento em outras obrigações	(3.961)	924	1.619
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	8.229	26.681	29.492
Aquisição de Investimentos	11	(909)	(1.149)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(936)	(1.108)	(566)
Aplicações no Intangível	21	-	(22)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(904)	(2.017)	(1.737)
Integralização de capital	613	1.446	2.394
Outras Destinações	700	700	
Baixa de capital	(588)	(1.249)	(1.640)
Juros ao capital próprio	(2.375)	(2.375)	(2.521)
Distribuição de Sobras	-	(12.627)	(9.475)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.650)	(14.105)	(11.242)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	5.675	10.559	16.513
Caixa e equivalente de caixa no início do período	48.305	42.721	26.208
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	53.980	53.980	42.721

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 04/08/1999 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 07 de fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

n) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	1.203	1.262
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	52.777	41.459
Total	53.980	42.721

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	43.493	162.537	206.030	174.316
Financiamentos	140	194	334	679
Carteira total	43.633	162.731	206.364	174.995

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	1.185	-	1.185	478
Total	1.185	-	1.185	478

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível A	0,50	194.185	163.252	971	814
Nível B	1,00	4.207	3.390	40	34
Nível C	3,00	2.847	3.189	85	96
Nível D	10,00	3.146	2.347	315	235
Nível E	30,00	1.131	1.112	339	334
Nível F	50,00	507	761	254	381
Nível G	70,00	265	233	186	163
Nível H	100,00	1.261	1.189	1.261	1.189
Total		207.549	175.473	3.451	3.246

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				2018	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	87	13.601	31.014	162.616	207.318	175.157
Comércio	-	1	-	-	1	5
Outros Serviços	-	29	86	115	230	311
Total	87	13.631	31.100	162.731	207.549	175.473

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	3.821	1,84	3.317	1,89
50 devedores seguintes	13.009	6,27	10.858	6,19
100 devedores seguintes	18.978	9,14	15.898	9,06
Demais	171.741	82,75	145.400	82,86
Total	207.549	100	175.473	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	3.246	3.244
Constituição de provisão	298	777
Movimentação de baixados para prejuízo	(93)	(775)
Saldo final	3.451	3.246

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.054 (2018 - R\$ 930), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 127.567 (2018 - R\$ 7.324).

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	29	33
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	15	37
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	190
Devedores por depósitos em garantia	7.317	11.108
Impostos e contribuições a compensar	8	2
Títulos e créditos a receber	1.185	478
Operações com cartões	34	28
Pendências a regularizar	8	22
Outros	81	283
Total Circulante	8.677	12.181

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Despesas antecipadas	11	11
Total Circulante	11	11

Despesas antecipadas	3	10
Total não circulante	3	10

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	10.890	10.245
Sicredi Participações S.A.	1.004	741
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	-	1
Outros Investimentos	1	-
Total	11.896	10.988

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	307.333 ON	237.867 ON	1	1	10.890.188	10.245.030
	696.585 PN	502.743 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,10%	0,08%	0,62%	0,62%	6,74%	6,95%
Capital social	969.491	880.597	164	164	155.922	147.417
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	161.687	156.293
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	1.618	708
Valor do investimento	1.004	741	1	1	10.890	10.245

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	5.134	(2.710)	2.424	1.899
Edificações	4%	536	(207)	329	242
Instalações	10%	1.858	(1.011)	847	717
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.367	(610)	757	576
Sistema de comunicação	10%	62	(22)	40	36
Sistema de processamento de dados	20%	1.184	(806)	378	302
Sistema de segurança	10%	127	(54)	73	26
Intangível (i)		295	(277)	18	25
Outros ativos intangíveis		295	(277)	18	25
Total		5.429	(2.987)	2.442	1.924

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	6.572	-	-	3.471
Depósitos a prazo	1.454	1.139	167.946	138.563
Total	8.026	1.139	167.946	142.034

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	1	2.828
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	1	2.828
Total circulante	1	2.828

Empréstimos no País - outras instituições	13.422	5.747
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	13.422	5.747
Total não circulante	13.422	5.747

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Provisão para pagamentos a efetuar	551	545
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 13)	7.112	11.030
Pendências a regularizar	9	128
Operações com cartões	1.124	582
Demais fornecedores	30	36
Credores diversos	790	660
Total circulante	9.616	12.981

NOTA 13 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Cível	81	31	(112)	-
Tributária	10.949	-	(3.837)	7.112
Total	11.030	31	(3.949)	7.112

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Cível	Provável	-	81
Tributária	Provável	7.112	10.949
Total		7.112	11.030

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	40.286	40.089
Total de associados	8.804	8.054

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$197 (2018 – R\$ 776), sendo R\$ 0 (2018 – R\$22) via integralização de resultados e R\$1.446 (2018 – R\$ 2.394), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.249 (2018 – R\$ 1.640).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5,91% em 100% em Conta Corrente, no montante de R\$ 2.375 calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 10% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	18.201	19.457
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(5.460)	(6.226)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	2	-
Brindes e Doações	(0)	-
Receita com atos cooperativos	5.654	-
Juros sobre capital próprio	713	814
Lucros e dividendos	10	-
Outros	(919)	5.400
Subtotal	5.460	6.214
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(12)

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	52.777	41.459
Outros Créditos - Rendas a receber	7	4
Investimentos (Nota 08)	11.895	10.987
Passivo		
Obrigações por empréstimos (Nota 11)	13.423	8.575
Outras Obrigações - Diversas (Nota 12)	1.236	448
Receitas		
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	7	12
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 18)	2.853	2.255
Receita não operacional - Doação SFG	-	52
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	546	833
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 17)	49	2
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 19)	1.850	934

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Operações de crédito	212	0,10%	93

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	1.275	1.227

NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	125	86
Despesa de aluguéis	279	272
Despesa de comunicação	270	249
Despesa de manutenção e conservação	419	338
Despesa de material	156	158
Despesa processamento dados	388	222
Despesa de promoções e relações públicas	134	223
Despesa de propaganda e publicidade	59	9
Despesa de seguro	1.381	573
Despesa de serviços do sistema financeiro	742	199
Despesa de serviços de terceiros	218	71
Despesa de serviços de vigilância e segurança	259	237
Despesa de serviços de técnicos especializados	364	366
Despesa de serviços de transportes	118	180
Despesa de viagem	153	169
Despesa de depreciação e amortização	511	523
Outras despesas administrativas	996	1.189
Total	6.572	5.064

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	439	8
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	2.818	2.243
Reversão de provisões operacionais	827	112
Absorção de dispêncios Fates	628	333
Juros ao capital - Banco	619	656
Outras rendas operacionais	392	199
Total	5.723	3.551

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	166	119
Contribuições Cooperativistas	90	62
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	77	59
Contribuição Confederação Sicredi	754	4
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	615	865
Encargos da administração financeira	15	2
Repasse administradora de Cartões	42	-
Outras despesas de Cartões	81	275
Tarifa serviços folha pagamento servidores	622	111
Outras provisões operacionais	255	26
Outras despesas operacionais	741	5.145
Total	3.458	6.668

NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 21 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	75.974	72.923
Nível I (NI)	75.974	72.923
Capital principal - CP	75.974	72.923
Capital social	40.286	40.089
Reservas de capital	23.257	19.232
Lucros acumulados	13.453	14.368
Ajustes Prudenciais	(1.022)	(766)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	200.851	181.856
Margem de Capital (i)	-	51.100
Índice de Basileia (PR / RWA)	37,83%	40,10%
Situação de Imobilização (Imob)	2.424	1.900
Índice de Imobilização (Imob / PR)	3,19%	2,61%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 22 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Rômulo Marinho do Rêgo
Diretor Executivo
CPF: 059.629.864-15

Dagoberto Lourenço Ribeiro
Diretor de Operações
CPF: 144.047.964-04

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20